



## Adiada votação de parecer conclusivo da LDO

Acordo de lideranças garante apreciação em Plenário até o dia 30

(foto Jonas Lemos Campos)

O pedido de vista feito pelos deputados Manoel Mota (PMDB), Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP) e Wilson Vieira - Dentinho (PT) adiou a votação do relatório final da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), apresentado na manhã de quarta-feira (23) pelo deputado relator Reno Caramori (PP), na Comissão de Finanças e Tributação. O regimento interno prevê prazo para devolução e manifestação do pedido de vista até a reunião ordinária seguinte da CFT, marcada para o dia 30.

No entanto, um acordo de lideranças proposto pelo presidente da CFT, deputado João Paulo Kleinübing (PFL), e aprovado em Plenário na tarde do mesmo dia, permitiu a antecipação da reunião para o dia 29, terça-feira, às 11 horas. Com isso, a matéria poderá ser votada na sessão ordinária à tarde, ou no dia 30.



Comissão de Finanças antecipará reunião para manter cronograma

## Aquífero Guarani discutido em Curitibanos

O Fórum Permanente para preservação da Bacia do Rio Uruguai e Aquífero Guarani deu continuidade a seus trabalhos com mais um seminário para discutir o assunto, em Curitibanos, no último dia 17. O evento, que começou pela manhã no auditório da UnC (Universidade do Contestado), com palestras para cerca de 300 estudantes e autoridades, terminou no fim da tarde com uma oficina para professores e vereadores de toda a região. Para este ano, o Fórum realiza um total de 14 seminários, abrangendo os 147 municípios catarinenses que estão assentados sobre o aquífero, entre eles também os que pertencem à Bacia do Rio Uruguai.

Página 5

### CPI da Casan

## Justiça indefere pedido de Machado

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

A ação impetrada pelo advogado Rubens João Machado contra a CPI da Casan, pretendendo impedir que a Comissão divulgasse seu nome em qualquer meio de comunicação, foi indeferida por unanimidade, no último dia 16, pelo Tribunal de Justiça catarinense. Machado é acusado de ter se apropriado dos saldos dos alvarás judiciais de ações trabalhistas e de depositar os valores, estimados em mais de R\$ 1,3 milhão, em sua própria conta.

Na segunda-feira (21), a CPI ouviu o ex-presidente da Casan, Milton Martini, e o ex-diretor administrativo, Enésio Bolsoni, que confirmaram o endividamento da Companhia com a Fucas (Fundação Casan), em quase R\$ 50 mi-



CPI começou a ouvir ex-presidentes. No detalhe, Rubens João Machado

lhões, além de mostrar que a empresa criou um plano de aposentadoria complementar. Na quinta-feira (24), o ex-presidente Josué Dagoberto Ferreira e o ex-diretor administrativo Edelmo Naschenweng prestarem depoimento. Os próximos convocados, para as 15 horas do dia 28, são o procurador geral do Estado, Imar Rocha, e o atual presidente da estatal, Walmor de Lucca.

Página 4

### Página 7

(foto Alberto Neves)



## Brasil perde Leonel Brizola

Página 6

## Esvaziamento legislativo

Questão institucional do maior relevo, o esvaziamento da iniciativa do poder de legislar no âmbito dos Estados-membros, é matéria a ser, de pronto, enfrentada pelas Assembléias Estaduais.

Atribuição primeira do Parlamento, ao lado da função fiscalizatória do governo, da função de mediação da agenda política e, excepcionalmente, da função julgadora de agentes públicos (em casos de impeachment, por exemplo), a função de legislar - ou mais precisamente, de ter iniciativa para a apresentação de projetos de lei - está, sem dúvida, extremamente aviltada.

Pelo modelo atual, pouco resta ao legislador estadual como espaço para a proposição de leis, eis que, premido, de um lado pela competência da União, exercida pelo Congresso Nacional, e, de outro, pela competência local inerente às Câmaras de Vereadores,

Resultado: o amesquinamento da função legislativa estadual e a proliferação de projetos de lei tidos como de menor importância, a exemplo dos que tratam de declaração de utilidade pública.

Ademais disso, nas questões referentes ao

Estado-membro, além da Assembléia Legislativa, têm poder de iniciativa de leis o governador, o Tribunal de Justiça, a Procuradoria-geral de Justiça e os cidadãos.

E ainda: leis referentes à Polícia Militar; a cargas públicas em geral, a matéria orçamentária, a servidores públicos, à defensoria pública e à criação, estruturação e atribuições das secretarias de Estado e órgãos da Administração Pública são de iniciativa privativa do governador. Já leis atinentes ao Poder Judiciário são de iniciativa do Tribunal de Justiça. E leis concernentes ao Ministério Público são de iniciativa da procuradoria-geral de Justiça. Moral da história: resta muito pouco, ou quase nada, ao deputado estadual em termos de proposição de leis.

Daí porque começa a se esboçar, a partir da Unale (União Nacional dos Legislativos Estaduais), um movimento crescente para emendar a Constituição Federal, de modo a ampliar o espaço, hoje diminuto, da iniciativa legislativa parlamentar no âmbito dos estados, movimento este ao qual a Alesc, certamente, haverá de juntar-se.

**Deputado João Henrique Blasi (PMDB)**

## Lei do Inquilinato precisa ser revista

Na condição de presidente da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais e Amparo à Família e à Mulher, tenho feito severas críticas com relação à Lei do Inquilinato, que dispõe sobre as locações dos imóveis e procedimentos a elas pertinentes.

Esta lei, de nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, é uma lei federal, cujos beneficiados e os mais protegidos por ela são os proprietários de imóveis e as imobiliárias, que num complô contra o consumidor lesam os seus direitos sem o menor constrangimento.

Tenho conhecimento de casos onde as imobiliárias, em comum acordo com os proprietários de imóveis e das construtoras, agem de má fé e sequer propiciam uma vistoria adequada no ato da locação, enganando o locador.

Temos um crime sendo cometido contra o consumidor. "A propaganda enganosa" de imobiliárias que anunciam um imóvel em condições adequadas de uso e só quando o inquilino entra para dentro do imóvel é que vai se deparar com os problemas, as irregularidades e defeitos, sem que os reparos sejam suficientes.

E o que acontece se o consumidor não tiver peito para reclamar, para denunciar e para brigar pelos seus direitos. Onde está a lei do

inquilinato para protegê-lo?

As imobiliárias sabem, sim, fazer valer essa lei. Quando o inquilino desocupa o imóvel tudo que ficar como encontrou, até detalhes que funcionam como uma maquiagem para encobrir muitas vezes defeitos mais relevantes e negligências com a parte hidráulica, elétrica, vazamentos, esgotos e fiações sem funcionalidade. O contrato de locação prevê uma multa se o inquilino desocupar o imóvel antes do seu término, e o consumidor fica no prejuízo, como sempre.

Eu já entrei com uma moção no Senado e na Câmara Federal, para que esta lei seja revista e alterada, trazendo benefícios também ao locatário. A moção assinada por todas as lideranças partidárias do legislativo catarinense pede atenção especial do Senado e da Câmara dos Deputados, para que os artigos que favorecem apenas o locador sejam revistos e que novos artigos prevendo danos e prejuízos ao locatário sejam incluídos nesta lei.

Além dessa moção, a Comissão vai convocar, no âmbito estadual, audiência pública onde todos os órgãos de defesa do consumidor, OAB e Ministério Público serão convocados para debater, com locadores, imobiliárias, construtoras e com os locatários os pontos da lei que são críticos e injustos.

**Deputada Odete de Jesus (PL)**

## Delegação chinesa

Na tarde de terça-feira, 22, o governador da província chinesa de Henan, Li Qinglin, e sua delegação, foram recebidos pelo presidente da Casa, deputado Volnei Morastoni (PT). "Quero agradecer a recepção que tivemos em seu país. Desde 2000, tivemos várias missões na China, juntamente com o governador, especialmente na província de Henan. Em 2002, foi assinado um protocolo de cidades co-irmãs, e estamos impressionados com a receptividade."

O secretário estadual do

Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente, Sérgio Godinho (PTB), recepcionou a delegação desde a chegada, no domingo (20), e acompanhava a comitiva. Os deputados Francisco de Assis (PT), Lício Mauro da Silveira (PP) e Simone Schramm (PMDB) integraram a comitiva de recepção na Presidência. Li Qinglin agradeceu e falou sobre os intercâmbios entre Santa Catarina e Henan. Em seguida, a delegação foi ao Plenário cumprir os deputados durante a sessão ordinária. (DAB)

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)



Morastoni e governador da Província de Henan

## Embaixador

O presidente da Assembléia Legislativa, deputado Volnei Morastoni (PT), recebeu no dia 16, em visita protocolar, o embaixador do Panamá, Mário Boyd Galindo, que veio pela primeira vez a Santa Catarina. O embaixador e ex-congressista veio conhecer as indústrias catarinenses. (CM)

**O Leitor**  
oleitor@alesec.sc.gov.br

**Pergunte ao deputado**

pergunteaodeputado@alesec.sc.gov.br

## JORNAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

### Mesa

**Presidente:** Volnei Morastoni (PT)

**1º Vice-Presidente:** Onofre Agostini (PFL)

**2º Vice-Presidente:** Nilson Gonçalves (PSDB)

**1º Secretário:** Romildo Titon (PMDB)

**2º Secretário:** Altair Guidi (PP)

**3º Secretário:** Francisco de Assis (PT)

**4º Secretário:** Genésio Goulart (PMDB)

**Conselho Editorial:** Cleia Braganholo, Marise Ortiga Rosa, Mirela Maria Vieira, Rubens Vargas

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC  
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751

Fax: 223-7021

alnoticias@alesec.sc.gov.br

### Divisão de Imprensa

**Diretora:** Marise Ortiga Rosa

**Edição:** Cleia Braganholo e Mirela Maria Vieira

**Coordenador:** Celso A. S. da Rosa

**Chefe de Redação:** Rubens Vargas

**Redatores:** Mirela Maria Vieira, Rose Mary Paz Padilha, Rubens Vargas, Scheila Dziedzic, Tatiana Kinoshita, Carlos Agne, Graziela May Pereira e Denise Arruda Bortolon

**Estagiária:** Elisa Alba da Silva

**Assessores de gabinete:** Acácio Martins, Adriane Canan, Andréa Leonora, Antônio Peres, Carmen Leite Rovira, Cristiane Mohr, Dayana Rampinelli, Emanuelle Torres, Felipe Antônio Damo, Felipe Nunes, Fernando Mattos, J Pacheco, Jandyr Corte Real, Luciana Pons, Celso Rodriguez, Júlio Cancellier, Kélen Bardini, Linete Martins, Lisa Mara Tontini, Lisandra Costa, Luiz Carlos Padilha, Marcos Antônio Oliveira, Marianne C. Tillmann, Milton Alves, Moisés Madeira, Nara Cordeiro, Nícolas Stefanovich, Pedro Schmitt, Priscilla da Silva Souza, Roger Alexandre, Rosa Marinho, Ula Weiss e Valmir Matos

**Estagiários Prog. Antonieta de Barros:** Taciana Terezinha da Silva e Rodrigo César de Araújo

**Relações Institucionais:** Jamile Machado, Maria do Carmo Kravchychyn, Stela Martins e Luciano de C. Oliveira

**Revisão:** Verlaine Silveira

**Diagramação e Artes:** Rafael dos Santos

**Chefe da Fotografia:** Jonas Lemos Campos

**Fotógrafos:** Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Giancarlo Bortoluzzi, Jonas Lemos Campos e Solon Soares

**Pesquisa e Elaboração:** Celso João da Rocha, Ciro Cordeiro, Marco Apolo de Freitas e Bruno Corrêa da Silva

**Expedição:** Edna Schumacker, Soraia Marçal Boabaid e Simone Marçal Alves

Impressão: Diário Catarinense

# Lages debate legislação municipal

Mais de 60 pessoas lotaram a Câmara Municipal de Lages, no último dia 17, para discutir o II Ciclo de Debates do Legislativo Municipal, promovido pela Assembleia Legislativa, por intermédio da Escola do Legislativo e com o apoio da Uveres (União dos Vereadores da Região Serrana). O evento, que visa a qualificar os agentes públicos, é a quarta etapa do ciclo de debates. Estavam presentes vereadores, líderes de partido, assessores parlamentares, candidatos e pré-candidatos

aos cargos de vereador e prefeito. A primeira etapa do II Ciclo foi realizada em agosto de 2003, no município de São Lourenço do Oeste, e as outras duas foram promovidas em Porto União e Joinville. A próxima etapa ocorrerá em Tubarão, no segundo semestre.

"Nesse tipo de discussão, muitos descobrem seu verdadeiro papel legislativo, podendo assim fazer um trabalho melhor. A Alesc tem vários mecanismos para divulgar a política, como no Orçamento Regionalizado", disse o deputado Wilson Vieira - Dentinho (PT), presidente da Escola, ao abrir os trabalhos.

Vera Lúcia Farias, servidora da



Presidente da Escola do Legislativo abre ciclo de debates

Divisão de Documentação do Legislativo catarinense, falou sobre Técnica Legislativa e Processo Legislativo, cujo objetivo é facilitar os andamentos das proposições apresentadas pelos parlamentares. Através de uma apostila, todos os processos legislativos foram explorados e explicados, como proposições, requerimentos, moções, indicações e pedido de informação. Este último, demonstra o poder de fiscalização do vereador.

**Mandato** - Os deputados Antônio Ceron e Onofre Santo Agostini, ambos do PFL, abordaram a concepção do mandato, prerrogativa de voto, reforma político-

partidária e voto distrital. "O mandato popular é a coisa mais rica da democracia", disse Ceron. Para Onofre, na democracia a função mais valiosa de todas é a do vereador. "É ele o pára-choque da política. Ele não pode mentir e tem que estar sempre disposto a atender a população", salientou.

O orçamento público foi abordado pela coordenadora do Orçamento Regionalizado da Alesc, Maria Helena Teixeira Diniz. Os principais assuntos do ciclo foram a formulação e execução do PPA (Plano Plurianual), da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e das LOA (Leis do Orçamento Anual). (GMP)

## Fórum Industrial

Com o objetivo de traçar metas e ações comuns, buscando o desenvolvimento da Região Sul, foi criado o Fórum Industrial Sul, que tem como coordenador o deputado federal Adelor Vieira (PMDB/SC). O Fórum vai debater propostas para que, no fim do ano, as emendas de investimentos sejam harmonizadas entre os três estados. Para este ano, foram marcadas cinco reuniões. A primeira foi realizada no dia 19 de maio, na CNI (Confederação Nacional da Indústria), e a próxima está marcada para o dia 25 deste mês, na sede da FIESC (Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina). As outras reuniões acontecem em julho, no Rio Grande do Sul, em agosto no Paraná, e em setembro na sede da CNI, em Brasília. As Federações das Indústrias também estarão presentes aos encontros.

No dia 25, o encontro discute a questão dos portos. De acordo com Adelor, os problemas de infra-estrutura, a desburocratização do sistema portuário e a falta de equipamento são os principais temas. "O maior beneficiário será a classe empresarial. O empresário está fabricando e vendendo, mas não está conseguindo exportar porque há muitos problemas de infra-estrutura. Quando não é a falta de contêineres, são os equipamentos quebrados ou a enorme burocracia", argumentou.

A principal intenção do Fórum Industrial Sul é a liberação dos recursos alocados no Orçamento da União. "Queremos garantir os recursos. Mas, se não houver organização, será muito difícil. A união dos esforços é que vai produzir os efeitos para uma causa tão nobre", finalizou. Nas próximas reuniões, serão discutidas as rodovias federais e estaduais no Rio Grande do Sul e no Paraná e serão tratados os assuntos relativos às ferrovias e aeroportos. (GMP)

# Servidores discutem reformas sindical e trabalhista

O Sindalesc (Sindicato dos Servidores da Assembleia Legislativa de Santa Catarina) promoveu na segunda-feira (21), no Plenário, o 1º Seminário Estadual sobre Reformas Sindical e Trabalhista, com a presença de servidores, professores e estudantes secundaristas. Uma das finalidades do seminário foi discutir o relatório final da Reforma Sindical, do Fórum Nacional do Trabalho, e os efeitos da Reforma Trabalhista, em tramitação no Congresso Nacional. Para o presidente do Sindalesc, Zulmar Saibro, nos últimos anos houve o enfraquecimento das lutas trabalhistas, com o processo de desregulamentação econômica provocado pela política americana.

Francivaldo Mendes, diretor da Executiva Nacional da CUT (Central Única dos Trabalhadores), disse não concordar com o relatório do Fórum Nacional e, como dificuldade, citou a criação da taxa negocial, com maior taxa para os trabalhadores e a intervenção do Estado ou do setor privado em casos onde não ocorra acordo salarial. Mendes disse ainda que a relação capital e trabalho está muito atrasada no país e que é preciso buscar a preservação dos direitos já

conquistados pelos trabalhadores, como Fundo de Garantia e férias.

O mediador do seminário, Gustavo Ponce de Leon Soriano Lago, que é secretário executivo da 1ª Secretaria da Câmara Legislativa do Distrito Federal, afirmou que muitos absurdos são cometidos por entidades sindicais no Brasil. "Há exemplos de sindicatos que são dirigidos por uma mesma pessoa há 30 anos, inclusive com hereditariedade: pai, mãe e filho. Outros se recusam a filiar trabalhadores. Com a reforma, os que não estiverem fortalecidos vão desaparecer."

**Sistema frágil** - O juiz do Trabalho Carlos Alberto Pereira de Castro fez palestra à tarde no Seminário, em que uma das questões discutidas foi a carteira profissional. Segundo o juiz, a carteira hoje, muitas vezes, acaba prejudicando mais do que ajudando os trabalhadores, já que muitos empregadores assinam o documento com salários mais baixos, pagando menos encargos, o que futuramente acaba prejudicando o funcionário.



Sistema judicial acabou sendo alvo de muitos questionamentos durante o Seminário

O sistema judiciário também foi colocado em questão por Castro. "A Justiça do Trabalho não se expandiu como deveria e os trabalhadores acabaram sendo prejudicados, pois muitos que moram no interior não têm condições financeiras de se

deslocar até a cidade ou à capital para dar entrada em processos", argumentou. As discussões do encontro em Florianópolis serão levadas para o Seminário Nacional, que será realizado no dia 10 de julho, em Brasília. (RMPP/TK)

## CPI da Casan

## Advogado aposentado retifica depoimento

Carlos Agne

Fato marcante na reunião do dia 21, quando foram ouvidos o ex-presidente Milton Martini, o ex-diretor administrativo Enésio Bolsoni, além dos advogados da empresa, Manoel Nilson Abelardo Rodrigues e José Pedro Bellani, foi o retorno do advogado que atuava em Joinville, antes de aposentar-se, Manoel de Pinho.

Em depoimento prestado na última reunião da CPI, dia 17, ele citou o nome de duas funcionárias do setor financeiro da filial, que teriam recebido o memorando com o valor dos alvarás que havia sacado. No entanto, ele solicitou retificação do depoimento e isentou os servidores alegando ter entregado o dinheiro anexo a um memorando para um funcionário da empresa, a quem não conhece e sequer lembra das caracte-

rísticas físicas. "Parece que esse caso está envolvido de mistérios. Não dá para entender que um advogado entregue cerca de R\$ 80 mil, em dinheiro, para uma pessoa e não lembre quem ela é. O caso dele está ficando cada vez mais complicado e só vai provar sua inocência - de que não se apropriou do dinheiro da empresa-, se buscar os documentos e entregar para a CPI", salientou o deputado Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP).

O relator da CPI, deputado Mauro Mariani, ainda ressaltou que Manoel de Pinho recebeu em duplicidade em torno de R\$ 15 mil, referentes ao pagamento de sua indenização do PDI. Na manhã de ontem (24), Pinho compareceu à CPI com o comprovante de depósito em favor da Casan, no valor de R\$ 10.552,64, referente à parcela em duplicidade sem as correções.

**Fucas** - Os depoimentos de Martini e Bolsoni confirmaram o endividamento da estatal com a Fundação Casan. "Isso mostra que é irregular", assinalou o relator.

O advogado Manoel Nilson, citado por alguns depoentes como integrante de um "esquema", com defensores das causas trabalhistas, negou as acusações. "Ele disse que jamais teve esse tipo de contato com os colegas que defendiam os empregados nas ações. Mas pesavam sobre ele acusações de que deixava de recorrer. Embora tenha sociedade na compra de um imóvel com Rubens João Machado, nada temos de irregularidade no que diz respeito aos alvarás. Ele nos mostrou documento comunicando à diretoria da empresa, abordando vários fatos que poderiam prejudicá-la nas ações", contou o presidente da CPI, deputado Dionei Walter da Silva (PT).



Pinho disse não lembrar a quem entregou o dinheiro

## CPI da Udesc

## Eccel apresenta balanço

(foto Jonas Lemos Campos)

O presidente da CPI da Udesc, Paulo Eccel (PT), fez um balanço, no dia 22, dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga irregularidades na instituição. A CPI teve início em setembro do ano passado e seu término estava marcado para 29 de abril de 2004, mas foi prorrogado por mais 120 dias. A finalidade é obter informações sobre a gestão administrativa, patrimonial e financeira da instituição e também sobre as formas de seleção e ingresso de estudantes nos programas de Ensino a Distância.

A CPI reuniu-se 22 vezes e teve 32 depoentes, entre eles três reitores. Foram apresentadas mais de 35 mil páginas de documentos requeridos, buscados e remetidos em forma de denúncia, totalizando 27. A principal denúncia apresentada diz respeito à educação a distância, que teve uma expansão de ofertas de vagas de forma volumosa e irregular, sem a autorização dos órgãos competentes. A intenção é descobrir qual é a relação que o Cepec (Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais) tem com o Ensino a Distância. O Cepec é um órgão interno da Udesc, constituído pelo quadro funcional da universidade.

**Contratos** - O Ensino a Distância vem se efetivando através de contratos com as prefeituras e outras entidades, sendo que a cobrança das mensalidades é feita por essas instituições, causando muita discussão, já que a Udesc é gratuita. A universidade tem autorização de credenciamento para apenas 200 vagas, mas tinha mais de 15 mil alunos em Santa Catarina e 2.800 em outros estados.



Eccel disse que todas as denúncias serão apuradas

A CPI também levantou a receita gerada pela Udesc, superior a R\$ 17 milhões. "Outro problema é a inadimplência porque muitos alunos têm conhecimento de que o Ensino a Distância é gratuito e ingressaram na justiça para ter o direito de não pagar." De acordo com o deputado, a CPI apresentará o relatório final no mês de outubro, porém os técnicos continuarão trabalhando para que as 27 denúncias tenham suas conclusões. "A sociedade vai ter os esclarecimentos necessários que todas as 27 denúncias precisam. Já temos algumas conclusões, mas queremos apresentar todas juntas para que nada seja deixado para trás", concluiu. (GMP).

## Ministério Público

Sob a presidência do deputado Julio Garcia (PFL), a Comissão de Justiça recebeu no dia 22, terça-feira, representantes do Ministério Público para discutir a Proposta de Emenda Constitucional nº 3/04, de autoria de vários parlamentares. Pela proposta, os membros do Ministério Público formarão lista triplíce para a escolha do Procurador Geral de Justiça (que é o chefe do MP), nomeado pelo governador do Estado para um mandato de dois anos, permitindo-se uma recondução ao cargo.

Hoje, somente procuradores de Justiça podem con-

correr a essa função e, pela proposta que está sendo discutida, os promotores de Justiça com mais de dez anos de carreira se tornariam aptos à disputa. Parlamentares e representantes do MP concordam que o tema é complexo e exige ampla discussão. Considerando a proximidade do recesso parlamentar, o assunto somente deverá ser deliberado no próximo semestre, já que não se encontra em regime de urgência. Julio Garcia designou os deputados Celestino Secco (PP) e João Henrique Blasi (PMDB) como relatores da matéria. (RMPP)

## Associativismo

A Comissão de Agricultura, presidida pelo deputado Mauro Mariani (PMDB), reuniu-se no dia 22 para discutir o Projeto de Lei nº 201/04, que denomina o município de Ouro como a Capital Catarinense do Associativismo. O projeto, de autoria do deputado Lício Mauro da Silveira (PP), recebeu o pedido de vista pelo deputado Dionei Walter da Silva (PT). Segundo Dionei, esse tipo de nomea-

ção é muito subjetiva, pois em todos os municípios catarinenses existe associativismo.

Também foi apresentado um requerimento, de autoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Amaro da Imperatriz, pedindo uma audiência pública para debater a energia elétrica no meio rural. O requerimento foi aprovado e a audiência será agendada para o início do mês de agosto. (GMP)

# Educação realiza audiências públicas

## Reforma Universitária

O ponto crucial na discussão da reforma universitária deverá ser o financiamento para o ensino superior. O assunto esteve em pauta na terça-feira (22), em audiência pública promovida pela Comissão de Educação. Participaram do debate, presidido pelo deputado Djalma Berger (PSDB), o secretário estadual da Educação, Jacó Anderle, e representantes de professores universitários, reitores e acadêmicos.

Segundo os resultados do Fórum Catarinense de Políticas para o Ensino Superior, que busca subsídios para a discussão federal da reforma universitária, existe a necessidade de garantir a ampliação dos recursos públicos aplicáveis na educação em 7% do PIB (Produto Interno Bruto), conforme proposta existente no Plano Nacional de Educação. O Brasil investiu nos últimos anos 4,4% do PIB, sendo que a maior parte destes recursos é gasta com despesas operacionais. Resta muito pouco para investimentos que visem à melhoria da qualidade da educação em todos os níveis.

Gilberto Agnolin, reitor da Unochapecó, sediada em

Chapecó, oeste do Estado, não acredita que, a curto prazo, haja recursos para financiamento, pois isso implica na alteração de vários processos dentro da própria universidade, além de ser contrário à extensão de financiamento às universidades privadas. A Unochapecó, juntamente com a UnC (Universidade do Contestado) e Unoesc (Universidade do Oeste de Santa Catarina), enviaram à Secretaria da Educação a proposta para executar um Programa de Educação Superior e Desenvolvimento Regional que abrangerá as regiões do Planalto Norte até o Extremo-oeste. Serão cursos de graduação com 70% de gratuidade na mensalidade e um curso complementar totalmente gratuito, todos direcionados ao desenvolvimento regional. A previsão é que esta proposta venha ser implementada já a partir de agosto, o que foi confirmado por Anderle.

O representante da União Catarinense dos Estudantes e presidente do Diretório Central dos Estudantes da Unochapecó, Felipe Loro enfatizou a mudança nas eleições universitárias, em todos os âmbitos e uma discussão convergente no que tange à autonomia universitária. (SD)

Na manhã de quarta-feira (23), outra audiência pública na Comissão de Educação, requirida pelo deputado João Rodrigues (PFL), discutiu a qualidade do ensino nas faculdades de Direito e o exame de ingresso na OAB (Ordem dos Advogados do Brasil). Neste ano, em Santa Catarina, dos mais de 1.600 candidatos inscritos, apenas 12,77% passaram. A obrigatoriedade do exame da Ordem iniciou em 1994.

Participaram o representante da Comissão de Estágio e do Exame da Ordem, Denissandro Pereira, o diretor do Curso de Ciências Jurídicas da UFSC, José Luiz Sobierajski, o presidente da Associação dos Bacharéis e Acadêmicos de Direito de Santa Catarina, César Mário Espíndola, professores, estudantes, advogados e os deputados Simone Schramm (PMDB), Lício Mauro da Silveira (PP), Djalma Berger (PSDB), Pedro Baldissera (PT) e Antônio Ceron (PFL).

"Minha intenção não foi tentar desprestigiar o trabalho das universidades, muito menos da

## Ensino do Direito e OAB



Discussão resultou em acordo para reunir OAB, cursos e Associação em 27 de julho

OAB. O fato é que a grande maioria dos candidatos não conseguiu aprovação e isso requer uma grande reflexão sobre os motivos que levaram a esse elevado número de reprovações", justificou Rodrigues. Endossando o parlamentar, Pereira informou que a Ordem está rediscutindo os critérios para elaboração e correção das provas, pois os cursos têm preparado profissionais para, no futuro, atuarem como fiscais de tributos, delegados, magistrados, promo-

tores e advogados. Esta reavaliação de critérios foi defendida pelo presidente da Associação dos Bacharéis e Acadêmicos de Direito. Para Sobierajski, o problema está na formação educacional.

Como resultado da audiência, uma reunião envolvendo a coordenação dos cursos jurídicos da OAB, representantes da União Catarinense de Estudantes e da Associação dos Acadêmicos e Bacharéis foi marcada para o dia 27 de julho, em local e horário ainda a serem informados. (CA)

# Só conscientização pode preservar reservas de água

Ao abrir o Seminário de Curitiba, o deputado Pedro Baldissera (PT) reafirmou os objetivos do Fórum Permanente para a Preservação do Aquífero Guarani e da Bacia do Rio Uruguai, que preside. "Sensibilizar, informar, motivar e conscientizar os legisladores, professores e estudantes. 50% do aquífero no Brasil e que estamos em um situação de risco ambiental", sintetizou.

Neste encontro, a presidência da Alesc foi representada pelo vice-presidente, deputado Onofre Agostini (PFL), que parabenizou a idéia de começar o seminário pela conscientização dos estudantes. "A nossa cidade é uma grande produtora de alho e isso causa um grande transtorno ao meio ambiente. Temos que começar pelo começo, ter a consciência despertada de uma forma natural."

O Aquífero Guarani engloba os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Goiás. Em Santa Catarina, sua extensão vai de



Júlio Bernardo da Silva, durante palestra sobre gestão de recursos hídricos

Bom Retiro até a fronteira com a Argentina e o Paraguai. Trata-se da principal reserva subterrânea de água doce da América do Sul e um dos maiores

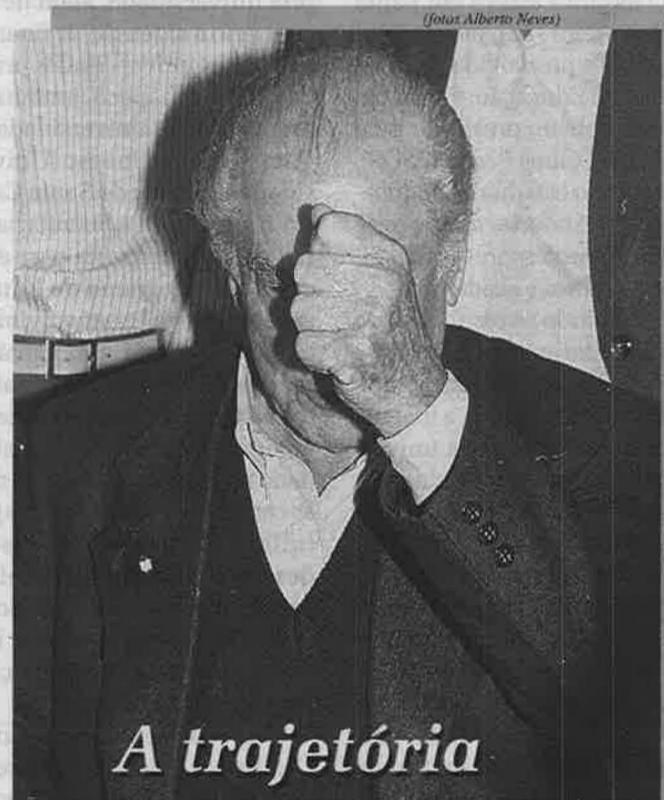
sistemas aquíferos do mundo, ocupando uma área total de 1,2 milhão de quilômetros quadrados e abastecendo, em média, 360 milhões de pessoas.

**Palestras** - As palestras tiveram início por volta das 9 horas da manhã. Os professores Júlio Bernardo da Silva e Carlos César Tonchi falaram sobre alternativas para gestão dos Recursos Hídricos; Renato Saraiva Pereira, gerente de projetos do Ministério do Meio Ambiente, falou sobre a outorga de gestão dos recursos hídricos e os recursos para investimento na recuperação e preservação do meio ambiente, e o geólogo do Deintra-SC, Victor Hugo Froner Bicca, encerrou as palestras tratando da sugestão para o programa de preservação da Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai e Aquífero Guarani.

Ainda no período da manhã, Giampaolo Marchesini, representando a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Meio Ambiente, fez o lançamento da Revista Agenda 21. "A Agenda 21 foi um compromisso assumido durante a Eco 92 e hoje teve início a distribuição deste documento oficial para universidades, ONGs, escolas, secretarias regionais e municípios. A revista também pode ser encontrada no site da Secretaria, [www.sc.gov.br](http://www.sc.gov.br), para download." (DAB).

# Leonel Brizola: unanimidade no Parlamento

*A luta e defesa da democracia, a coerência política e a coragem de Leonel de Moura Brizola, falecido na noite do dia 21, segunda-feira, após um infarto, foi o centro de todos os discursos em Plenário na sessão de terça-feira (22). Cunhado do ex-presidente João Goulart, a quem garantiu a posse na Presidência da República com sua "rede da legalidade", amigo pessoal de Getúlio Vargas, que era padrinho de seu casamento, sua conduta político-partidária é admirada inclusive por adversários. O caudilho Brizola, presidente de honra do PDT, partido que fundou depois de "perder" a legenda original - o PTB - para Ivete Vargas, ao voltar do exílio, em 1979, promoveu uma incomum unanimidade entre os parlamentares.*



## A trajetória

**22 de janeiro de 1922** – Nasce em Passo Fundo, Rio Grande do Sul

**1945** – Filia-se ao PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), de Getúlio Vargas

**1947** – Eleito deputado estadual no Rio Grande do Sul

**1954** – Ano em que Getúlio Vargas suicidou-se, foi eleito deputado federal

**1955** – Eleito prefeito de Porto Alegre (RS)

**1958** – Eleito governador do Rio Grande do Sul

**1962** – Eleito deputado federal pelo antigo Estado da Guanabara (RJ)

**1964** – Exila-se no Uruguai

**1979** – Com a anistia, retorna ao Brasil e lança-se candidato ao governo do Rio de Janeiro

**1982** – Tendo o professor Darcy Ribeiro como vice, vence as eleições tornando-se governador do Estado do Rio de Janeiro

**1989** – Na primeira eleição direta para a Presidência da República, depois de mais de 25 anos, não vai a segundo turno por pequena diferença de votos. Apóia então, o atual presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, no segundo turno contra Fernando Collor de Mello

**1990** – Conquista pela segunda vez o governo do Rio de Janeiro

**1995** – Inicia oposição ferrenha ao governo Fernando Henrique Cardoso

**1998** – Concorre como vice de Lula à Presidência

**2002** – Apóia Ciro Gomes na disputa pela Presidência, apoiando Lula no segundo turno

**2003** – Rompe com o governo Lula e inicia ferrenha oposição

## As homenagens do parlamento

**E**le foi um homem precoce, ousado, persistente e admirado até por adversários. Sempre tratou a coisa pública acima de suas convicções políticas". Deputado César João Cim, único representante do PDT na Alesc.

"Foi um político que não se acovardou em nenhum momento e a defesa da democracia sempre foi uma de suas maiores preocupações". Deputado Onofre Agostini (PFL), vice-presidente da Alesc.

"Só uma pessoa fiel aos seus princípios poderia se eleger deputado estadual, prefeito, deputado federal e governador de dois estados e fazer um trabalho louvável em todos os locais por que passou." Deputado Francisco Küster (PSDB).

"Foi exilado, mas nunca se rendeu na luta por aqueles que mais precisavam. É um grande nome da política nacional e deixou grandes

líderes feitos pelo laço da vitória". Deputada Odete de Jesus (PL).

"Leonel Brizola teve um papel fundamental na questão da educação. No Rio Grande do Sul, construiu mais de 3 mil escolas no interior. No Rio de Janeiro, inaugurou os CIEPs (Centros Integrados de Educação e Profissionalização), onde as crianças podem passar o dia mantendo-se longe da marginalidade. Isso faz dele não apenas um político, mas também um educador". Deputado Celestino Secco, falando em nome da bancada do PP.

"Assim como Ulisses Guimarães, Mário Covas e também Lula, Brizola escreveu sua história na política nacional". Deputado Afrânio Boppré (PT).

"Com seriedade e muito trabalho, Brizola fez da política sua vida". Deputado Rogério Mendonça – Peninha (PMDB), endossado pelo colega de bancada, Genésio Goulart.



LDO

# Uso da conta única do Judiciário gera polêmica

Scheila Dziedzic

Para o deputado Wilson Vieira – Dentinho (PT), existem alguns pontos da proposta da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2005 a serem colocados em discussão com a bancada. Entre eles, a emenda que prevê aumento de repasse de 1,95% para 2,15% para a Udesc, uma vez que existe uma CPI acompanhando as contas da instituição. Ele também acredita ser necessário uma análise mais cuidadosa em relação à inclusão da CIDE (Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico), Imposto de Renda Retido na Fonte e Compensação Financeira de Recursos Hídricos, na base de cálculo de repasse dos poderes.

Já o deputado Manoel Mota (PMDB) disse que foram feitas muitas alterações na LDO que precisam ser analisadas com cuidado, mas também admite que o prazo ganho com o pedido de vista contribuiu para melhor articulação dos governistas em torno da aprovação do projeto enviado pelo Executivo, que permite o uso de recursos da conta única do Poder Judiciário para pagamento de precatórios.

O relator da LDO, deputado Reno Caramori (PP), que teve seu trabalho elogiado pelos demais parlamentares pelo encaminhamento eminentemente técnico, apresentou como emenda ao anexo de metas fiscais as 380 ações resultantes das audiências do orçamento regionalizado envolvendo as 29 secretarias de Desenvol-



Parecer de Caramori foi elogiado pelo encaminhamento técnico

vimento Regional. Um total de 74 emendas foi apresentado. Destas, duas são de origem da Mesa, 69 de parlamentares e bancadas e três do Executivo.

Entre elas foram aprovadas algumas que já tiveram discussão encaminhada no Legislativo, como evitar o retorno do saldo financeiro dos poderes Judiciário, Legislativo, Udsc, Ministério Público, e Tribunal de Contas, ao final do exercício fiscal, a fim de que sejam usadas pelo Executivo para o pagamento de encargos recorrentes da dívida pública. Também a

permissão para inclusão de novas ações na Lei Orçamentária somente se constantes da revisão do Plano Plurianual, o restabelecimento do conceito de Receita Líquida Disponível com a manutenção da CIDE e da Compensação Financeira de Recursos Hídricos. Em uma das emendas apresentadas pelo Executivo mantinha-se apenas o Imposto de Renda Retido na Fonte. Ainda foi acatada emenda que prevê garantia de precedência na alocação de recursos para as demandas decorrentes das audiências públicas regionais.

## Aprovados

### Licença

Projeto de Decreto Legislativo 06/04, que concede licença para o governador Luiz Henrique da Silveira ausentar-se do país no período compreendido entre 26 de junho e 2 de julho, para participar, na cidade de Ravello, na Itália, do XIX Seminário Estadual "O sonho da imprensa: visão, projeto e decisão", de 27 a 30 de junho.

### Título

Correia Pinto, no Planalto Serrano, como Capital Catarinense do Papel por ser o município o maior produtor de papel kraft do Estado e abrigar uma das maiores fábricas de papel do Brasil. O autor do Projeto de Lei nº 96/04, deputado Onofre Agostini (PFL), ressaltou que a economia local depende deste produto, gerador de muitos empregos e renda à população.

### Leitura

A deputada Simone Schramm (PMDB) é a autora do Projeto de Lei nº 24/04, que institui a Semana de Incentivo à Leitura em Santa Catarina, a ser comemorada entre os dias 18 de abril, Dia Nacional do Livro Infantil, e 22 de abril, Dia do Livro. Para a parlamentar, o período servirá como um marco no calendário estadual, uma oportunidade para se colocar em prática políticas públicas na área cultural. "O incentivo da leitura nesta semana proporcionará aos alunos o aprimoramento e o desenvolvimento sócio-cultural e do senso crítico, pois passarão a conviver com o pluralismo de idéias. O hábito da leitura para os nossos jovens e adolescentes é um verdadeiro exercício de formação cidadã", diz Simone.

### Araucária

Emenda Substitutiva Global, da Comissão de Justiça, ao Projeto de Lei nº 341/03, da deputada Ana Paula Lima (PT), institui o Projeto Araucária, com o objetivo de estimular o plantio, a preservação e o manejo de araucárias, árvore da família *Araucariaceae*, especialmente quanto ao seu aproveitamento industrial. O Projeto Araucária estabelecerá formas de incentivo ao plantio, à preservação e ao manejo da araucária, a partir de um inventário que deverá identificar e quantificar plantios da sua espécie. Suas ações deverão subordinar-se à política florestal do Estado e o Executivo regulamentará esta lei no prazo de 180 dias. (RV)

## Agenda

**Dia 28, 9 h** - Seminário para portadores de necessidades especiais

**Local:** Plenário

**Dia 28, 15 h** - CPI da Casan - Depoimentos do procurador-geral do Estado, Imar Rocha, do presidente da Casan, Walmor de Lucca, e do ex-presidente Aristorides Stadler

**Local:** Sala das Comissões

**Dia 28, 18h30min** - Comissão de Transportes - Audiência pública para discutir o Projeto de Lei nº 150/03, que institui o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro

**Local:** Plenário

**Dia 29, 9 h** - Comissão de Saúde - Relatório trimestral do SUS

**Local:** Sala das Comissões

**Dia 29, 19 h** - Lançamento do livro "Educação para a saúde II", de Jairo Ferreira Machado

**Local:** Galeria de Arte Meyer Filho

**Dia 30, 19h** - Sessão solene em homenagem ao centenário de nascimento da poetisa Maura de Senna Pereira

**Local:** Plenário

## Debate em Plenário

À tarde, na sessão plenária, o líder do PFL, deputado Antônio Ceron, foi à tribuna para falar sobre o Projeto de Lei nº 250/04, de autoria do governador do Estado, que dispõe sobre a gestão dos depósitos judiciais. A proposta estabelece que 70% do valor total dos depósitos judiciais, em dinheiro, administrados pelo Poder Judiciário catarinense, por intermédio do Sistema Financeiro de Conta Única de Depósitos sob Aviso à Disposição da Justiça, serão disponibilizados ao Estado, por meio de instituição financeira. A manutenção dos repasses constitucionais aos Poderes, segundo o Executivo, dependeria deste projeto.

A proposta chegou à Comissão de Justiça no último dia 17, e tem 45 dias para ser analisado. O recesso parlamentar inicia na próxima semana. "Não vou apressar nada. Não sou contra, mas insi-

dero que a matéria deve ser tratada de forma correta", salientou. Disse ainda negar-se a acreditar que o governador Luiz Henrique da Silveira use a manifestação das polícias Civil e Militar, reivindicando o aumento salarial previsto em lei, para aprovação da matéria.

O deputado Antônio Carlos Vieira – Vieirão (PP) questionou como o Estado vai pagar os processos de que não participa quando forem julgados. Concordando com Ceron sobre a polêmica em torno da proposição.

O governista deputado João Henrique Blasi (PMDB), disse não acreditar que seja votada até o dia 30. "Só o acordo partidário possibilitaria isso. Mas, já vimos que não acontecerá. Então, teremos que discutir pois o projeto irá exigir de vários segmentos para encontrar recursos extra-orçamentários", concluiu. (GMP/DAB)

## Homenagens

## Carl Hoepcke

Solicitada por requerimento da bancada do PP, de iniciativa dos deputados Joares Ponticelli, Celestino Secco e Antônio Carlos Vieira - Vieirão, foi realizada na noite de segunda-feira (21) sessão solene pela passagem dos 160 anos de nascimento de Carl Franz Albert Hoepcke. Muitas autoridades estiveram presentes para prestar homenagem a uma das pessoas mais importantes da história econômica e social de Santa Catarina, entre elas o ex-governador Ivo Silveira.

Hoepcke nasceu em Striesia, Alemanha, no dia 25 de junho de 1844. Aos 19 anos, veio para o Brasil e aqui começou sua saga de empreendedorismo com a construção de grandes empresas e casas comerciais, que se expandem por vários estados do país. No campo social, sua ajuda foi indispensável no Hospital de Caridade e no Asilo Irmão Joaquim. Chegou a ser cônsul da Alemanha no Estado e em 1920 foi reconhecido como cidadão catarinense.

O deputado Secco, presidente da sessão, disse que o homenageado foi um revolucionário e pioneiro. "É muito importante respeitar o passado e homenagear os grandes nomes. Seu objetivo social foi mais além, e incentivou a cultura em geral. Queremos aqui homenagear todos os seus familiares".

Em nome de todas as bancadas, o parlamentar João Henrique Blasi (PMDB) falou um pouco sobre a saga da colonização germânica e frisou que Hoepcke foi um homem à frente de seu tempo.



Parlamentares entregam placa à bisneta de Hoepcke

## Visionário

O espírito visionário e empreendedor de Hoepcke foi o foco do discurso do presidente da FCDL (Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Santa Catarina), Sido Gessner Júnior.

Durante o evento, as bisnetas de Hoepcke Sílvia Hoepcke da Silva e Anita Hoepcke receberam uma placa comemorativa pela passagem dos 160 anos de nascimento de seu bisavô. Anita ocupou a tribuna para agradecer a homenagem. "Ele foi o homem mais moderno em todos os tempos. Estamos na quarta geração e nos orgulhamos de manter as empresas, passando por transformações e novas situações, mas a nova geração veio ocupar o seu espaço", encerrou. (DAB)

## Jornal de Brusque

Na terça-feira (22) à noite foi a vez do jornal *O Município*, de Brusque, que completa 50 anos, receber homenagem. A sessão solene foi requerida pelo deputado Paulo Eccel (PT).

Autoridades, lideranças políticas, funcionários e direção do jornal, deputados estaduais e federais prestigiaram o evento, no qual se destacou a trajetória da divulgação de fatos ocorridos na história nacional, como a inauguração de Brasília e o retorno do país ao processo democrático após a ditadura militar, mas principalmente o compromisso com Brusque. Durante a sessão, pre-

sentada pelo deputado Onofre Agostini (PFL), foram entregues placas comemorativas ao diretor Cláudio José Schleindwein e a Wilson dos Santos, jornalista mais antigo de *O Município*.

Em seu discurso, Eccel relembrou as mudanças ocorridas no formato do jornal - fundado em 26 de junho de 1954 -, em função da evolução tecnológica e a manutenção da essência editorial que é de postura crítica em favor de Brusque.

O diretor Cláudio José enfatizou que o jornal nasceu do sonho de Raul Schaefer em imprimir em tinta e papel, os fatos que se transformaram em ações da região de Brusque. (SD)



Wilson dos Santos, jornalista mais antigo do jornal, e Paulo Eccel



Marceli Conceição, de Joinville, com os deputados Cim e Ana Paula

## Fundação Pró-rim

Instalada em Joinville e atendendo pacientes com insuficiência renal crônica, a Fundação Pró-rim de Santa Catarina foi homenageada na quarta-feira (23), em sessão solene requerida pelo deputado César Cim (PDT). Fundada em 1987, a entidade tem caráter filantrópico e conta com unidades em Joinville, Jaraguá do Sul, Mafra, São Bento do Sul e Balneário Camboriú. Até o final do ano, Blumenau também contará com os serviços dos 30 voluntários que trabalham em prol desta causa social.

Tem como foco ações de prevenção, diagnóstico e tratamento de doenças renais, proporcionando ao paciente um tratamento humanizado e atende todo o estado de Santa Catarina, especialmente no campo da hemodiálise e dos transplantes renais.

Além do deputado Cezar Cim, esta-

vam presentes à sessão os deputados Antônio Ceron (PFL), Ana Paula Lima (PT), João Paulo Kleinübing, o vice-prefeito de Florianópolis, Murilo Capela, o presidente da Fundação Pró-rim, Aloísio Vieira, médicos, enfermeiros, voluntários e pacientes.

"Quero agradecer de coração, pois a fundação é minha vida. Há 22 anos faço hemodiálise e lá eles me proporcionam a vida. Hoje, eu me sinto mais forte, mais vivo", disse José Gomes Santana, uma das pessoas que deram depoimentos sobre o trabalho da Pró-rim. Os representantes das seis unidades da Pró-rim receberam da Alesc um diploma pelos trabalhos prestados à comunidade e o presidente Aloísio Vieira recebeu uma placa de agradecimento. (GMP)